



Câmara Municipal de Fortaleza
Gabinete da Vereadora Larissa Gaspar

REQUERIMENTO N. **3571 / 2018**

Requer a transcrição nos Anais desta Casa a matéria publicada no dia 25 de junho de 2018, no Jornal O Povo intitulada: Entenda a polêmica em torno do projeto de lei dos agrotóxicos.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

A Vereadora subscrita abaixo, no uso de suas atribuições legais, vem, na forma regimental, requerer que, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa a matéria publicada no dia 25 de junho de 2018, no Jornal O Povo intitulada: Entenda a polêmica em torno do projeto de lei dos agrotóxicos.

Requer, ainda, que se dê ciência do teor deste requerimento ao:

Arlen Medina Néri

Diretor Geral de Jornalismo do Jornal O Povo

arlem@opovodigital.com

Av. Aguanambi, 282 - José Bonifácio, Fortaleza - CE, 60055-402

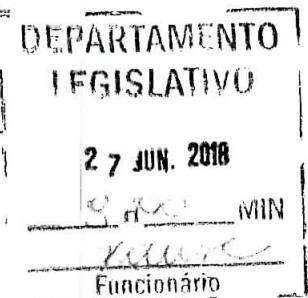
Nestes termos,

Pede deferimento.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 27 DE
06 DE 2018.

Larissa Gaspar

Larissa Gaspar – PPL
Vereadora de Fortaleza



- [Pular navegação e ir direto para o conteúdo](#)
- [Pular navegação e ir direto para os comentários](#)

- [Portal](#)
- [Jornal O POVO](#)
- [Mucuripe FM](#)
- [O POVO/CBN](#)
- [TV O POVO](#)
- [Populares](#)
- [BPOP](#)
- [Empregos & Carreiras](#)
- [Anuário do Ceará](#)

- [Facebook](#)
- [Twitter](#)
- [Instagram](#)
- [YouTube](#)

Jornal O POVO

- [O POVO ONLINE](#)
- [POPULARES](#)
- [EMPREGOS E CARREIRAS](#)

VERSÃO IMPRESSA

Entenda a polêmica em torno do projeto de lei dos agrotóxicos

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | Apelidada de "lei do veneno" pela bancada do meio ambiente, a proposta torna mais branda a liberação e a fiscalização de pesticidas

VEJA AS PRINCIPAIS POLÊMICAS DO PROJETO DE LEI DOS AGROTÓXICOS

1 Mudança de nome

• AGROTÓXICO
→ "PRODUTO FITOSSANITÁRIO".

Quem defende

Argumenta que o título é mais fiel e segue padrão da maioria dos outros países

Quem é contra

A mudança visa tornar o termo mais agradável para diminuir rejeição.

2 Risco X Perigo

A proposta é de que a nova legislação não mais se baseie no "perigo" do agrotóxico, proibindo os que representem "risco inaceitável" à saúde humana e meio ambiente.

Quem defende

A proibição teria critérios mais científicos

Quem é contra

Na prática, torna a lei mais branda e libera maior quantidade de defensivos que fazem mal à saúde.

3 Liberação de novos agrotóxicos e fiscalização

A liberação hoje passa por análise tripla da Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura. Tarefa passaria à Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNF-to).

Quem defende

A medida daria rapidez à liberação de produtos

Quem é contra

A medida abriria as portas do País para agrotóxicos perigosos.

4 Agrotóxicos genéricos e produtos equivalentes

A análise de equivalência dos produtos é feita hoje por órgãos da Agricultura, Meio ambiente e Saúde. O projeto centraliza tudo no Ministério da Agricultura.

Quem defende

Isso aumentaria a concorrência e baratearia os preços dos produtos

Quem é contra

A medida apresenta um risco à saúde porque o produto equivalente pode causar danos diferentes do original.

Comissão especial da Câmara dos Deputados vota hoje, ao meio dia, parecer do relator Luiz Nishimori (PR-PR) sobre o Projeto de Lei 6299/2002, que propõe nova legislação dos agrotóxicos. Apelidada de "lei do veneno" pela bancada do meio ambiente, a proposta já teve votação adiada na comissão especial pelo menos três vezes e enfrenta forte resistência dentro e fora do Congresso Nacional. Na última quarta-feira, 20, quando o parecer seria votado, ativistas do greenpeace (grupo de defesa do meio ambiente) chegaram a colocar bomba falsa dentro da comissão para causar o adiamento. O PL, de autoria do Senado, precisa ser aprovado na comissão especial e no plenário da Câmara e tem o apoio da bancada ruralista, uma das maiores da Casa.

Na prática, o projeto revoga a atual legislação sobre os agrotóxicos e torna sua liberação, controle e fiscalização mais brandos. O PL é de autoria do atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi (PP-RS).

Para os seus defensores, as leis atuais estão ultrapassadas e precisam ser modernizadas para proporcionar o barateamento de preços e a concorrência entre os produtos. Uma das vozes mais ativas na defesa do PL é a deputada federal Tereza Cristina (DEM-MS), presidente da comissão especial que trata do assunto na Casa.

“Buscar inovação e segurança para a nossa agricultura é o dever do legislador. A lei não é para a direita ou para a esquerda, o debate é científico e deve ser tratado sem paixão, com técnica. O Brasil precisa assumir que é agropecuário. Deve abraçar a oportunidade que está aí para geração de riqueza, renda e qualidade de vida”, publicou a deputada na sua página do Facebook.

Do outro lado, deputados da bancada do meio ambiente e da oposição ao governo de Michel Temer (MDB) argumentam que a proposta vai tornar possível o uso de produtos que fazem mal à saúde do ser humano, dos animais e do meio ambiente. O deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ) classifica o PL como um “escândalo”.

“Um projeto de lei que, na prática, vai facilitar muito o uso de agrotóxicos no Brasil, permitindo até mesmo o registro de substâncias que comprovadamente causam câncer, má formação fetal e mutação genética”, argumenta Molon.

Alguns órgãos também se manifestaram contra o projeto de lei. Foi o caso da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que em um dos pontos da matéria foi excluída da atribuição de analisar os novos produtos e opinar sobre sua liberação no mercado. Além dela, a Organização das Nações Unidas (ONU) emitiu um alerta ao Brasil contra o PL.

Já o Ministério Público Federal (MPF) enviou uma nota técnica ao Congresso afirmando que o PL é inconstitucional.

LETÍCIA ALVES